



NOME: \_\_\_\_\_ N° \_\_\_\_\_

TURMA: \_\_\_\_\_ /04/2017 TURNO: \_\_\_\_\_

CÓD-FP-03

## PROPOSTAS DE REDAÇÃO ENEM

### Instruções:

- Seu texto deve ser escrito à **tinta de cor preta**, na **folha de redação**.
- Desenvolva seu texto em prosa; não redija narração nem poema.
- O texto com até 7 (sete) linhas escritas será considerado texto em branco.
- O texto deve ter, no máximo, **30 linhas**.
- O rascunho é obrigatório.
- A fuga ao tema implica nota zero.
- Utilize as regras vigentes no Novo Acordo Ortográfico.

### PROPOSTA I

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **DOAÇÃO DE ÓRGÃOS EM QUESTÃO NO BRASIL**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

### TEXTO I

#### LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997.

Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências

Art. 1º A disposição gratuita de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, em vida ou post mortem, para fins de transplante e tratamento, é permitida na forma desta Lei.

Art. 2º A realização de transplante ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano só poderá ser realizada por estabelecimento de saúde, público ou privado, e por equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante previamente autorizados pelo órgão de gestão nacional.

Art. 3º A retirada post mortem de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica, constatada e registrada por dois médicos não participantes das equipes de remoção e transplante, mediante a utilização de critérios clínicos e tecnológicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina. do Sistema Único de Saúde.

(Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9434.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9434.htm). Acesso em 09 de abril de 2017.)

### TEXTO II

#### **Cresce doação de órgãos no Brasil, mas rejeição de famílias ainda é alta**

Foram 7.898 órgãos doados no ano passado, segundo associação.

Taxa de negativa familiar para transplante foi de 46%.

O Brasil registrou crescimento nas doações e transplantes de órgãos em 2015, de acordo com levantamento da Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos (ABTO). Foram 7.898 órgãos doados no ano passado, 3% a mais que em 2013. A taxa de doadores também subiu de 13,5 por milhão de pessoas para 14,2 por milhão, no entanto, ficou abaixo da meta proposta pela associação, que era de 15 por milhão. Além disso, o índice está longe de alcançar o objetivo de 20 doadores por milhão de pessoas até o final de 2017. Para se ter ideia, na Espanha, considerado o país que mais registra transplantes, a taxa é de 37 por milhão.

De acordo com Lucio Pacheco, presidente da ABTO, a má distribuição das equipes que realizam transplantes pelo Brasil pode ser uma das respostas esta dificuldade. Segundo o Ministério da Saúde, que coordena o Sistema Brasileiro de Transplantes, há mais de mil equipes preparadas para realizar cirurgias distribuídas pelo Brasil e 400 unidades prontas para atuarem nessa área.

Mas para Pacheco, há uma concentração desse tipo de mão de obra no Sul e Sudeste e quase nenhum ou nenhum no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

#### **Rejeição das famílias**

Outro problema que dificulta a realização dos transplantes é a falta de autorização da família para a cirurgia. Medida pela chamada "taxa de negativa familiar", o índice em 2015 ficou em 46%, apenas 1% menor que em 2014. Em alguns estados, o percentual de famílias que não aceitam que um parente doe seus órgãos é ainda maior. Em Goiás, por exemplo, o valor salta para 82%. Em Sergipe, para 78% e no Acre 73%.

"O brasileiro é muito mais solidário que isso. Não sabemos ao certo o que provoca esse alto índice, se é a falta de preparo das pessoas na abordagem das famílias logo após a constatação da morte [cerebral ou não] ou se é a desconfiança do serviço público de saúde", explica. Pacheco complementa que é preciso reverter tal situação com mais campanhas educacionais, que mostrem à população o que é a doação de órgãos, explique a morte cerebral e tire dúvidas relacionadas ao sistema de transplantes.

“É importante entender a doação de órgãos como um papel da sociedade civil. Hoje você pode não estar precisando, mas no futuro, você pode ir para a fila de espera”, conclui.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/crise-faz-numero-transplantes-de-orgaos-cair-em-2016-diz-ministerio>. Acesso em 09 de abril de 2017.)

TEXTO III



(Fonte: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/11/17/doacao-de-orgaos-a-arte-de-dar-mas-noticias/>. Acesso em 09 de abril de 2017.)

TEXTO IV



(Fonte: <http://diagnosticosdobrasil.com.br/noticia/multiplique-vidas-doe-orgaos/>. Acesso em 09 de abril de 2017.)

PROPOSTA II

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **MOBILIDADE URBANA NO BRASIL: DESAFIO DOS GRANDES CENTROS URBANOS**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

“O direito à cidade está ligado à possibilidade que os diversos grupos sociais têm de se deslocarem pelos centros urbanos. Os serviços públicos essenciais, como saúde e educação, bem como o lazer e a cultura, são direitos constitucionais. O acesso aos locais de trabalho aparece como uma necessidade fundamental dos trabalhadores. Pode-se perceber, assim, que a utilização desses serviços está ligada à possibilidade que essas pessoas têm de chegar aos locais em que são oferecidos. É necessário se deslocar à escola, ao centro de saúde, ao cinema, ao teatro, ao local de trabalho etc. O debate sobre a mobilidade urbana versa, dessa forma, sobre a garantia de condições necessárias à utilização dos serviços, como também sobre os obstáculos a essa utilização.”

(Fonte: <http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/mobilidade-urbana-direito-cidade.htm>. Acesso em 31 de março de 2017.)

**TEXTO II**
**MOBILIDADE URBANA**

A questão da mobilidade urbana é um dilema enfrentado no espaço geográfico brasileiro, com cada vez mais veículos individuais inchando as ruas das grandes cidades.

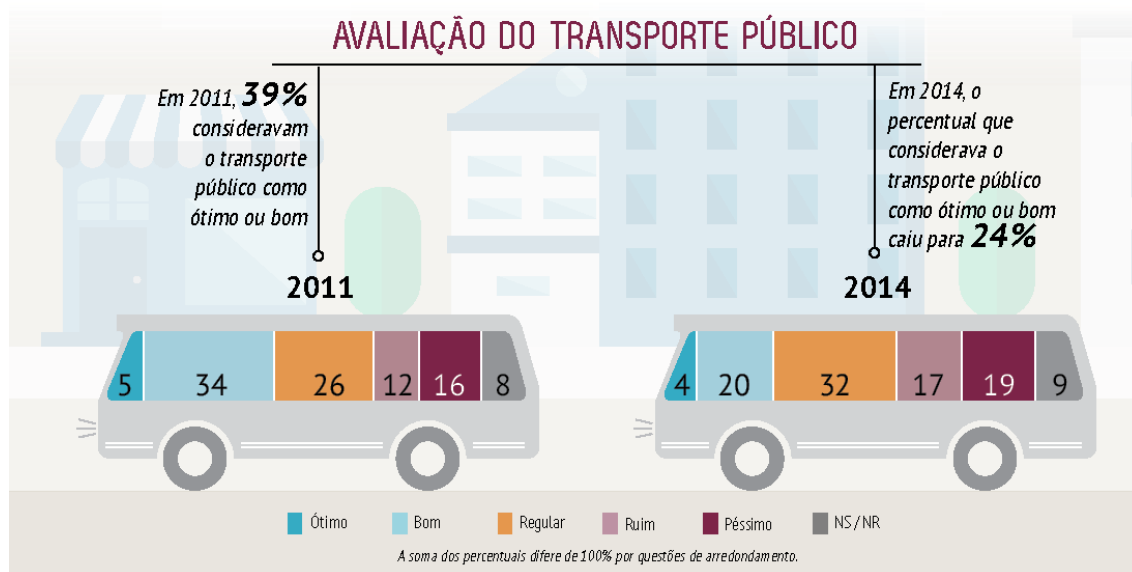
A mobilidade urbana, isto é, as condições oferecidas pelas cidades para garantir a livre circulação de pessoas entre as suas diferentes áreas, é um dos maiores desafios na atualidade tanto para o Brasil quanto para vários outros países. O crescente número de veículos individuais promove o inchaço do trânsito, dificultando a locomoção ao longo das áreas das grandes cidades, principalmente nas regiões que concentram a maior parte dos serviços e empregos.

O Brasil, atualmente, vive um drama a respeito dessa questão. A melhoria da renda da população de classe média e baixa, os incentivos promovidos pelo Governo Federal para o mercado automobilístico (como a redução do IPI) e a baixa qualidade do transporte público contribuíram para o aumento do número de carros no trânsito. Com isso, tornaram-se ainda mais constantes os problemas com engarrafamentos, lentidão, estresse e outros, um elemento presente até mesmo em cidades e localidades que não sofriam com essa questão.

Outro fator que contribui para aumentar o problema da falta de mobilidade urbana no Brasil é a herança histórica da política rodoviária do país, que gerou um acúmulo nos investimentos para esse tipo de transporte em detrimento de outras formas de locomoção. Com isso, aumentou-se também a presença de veículos pesados, como os caminhões, o que dificulta ainda mais a fluidez do trânsito no Brasil.

Vale ressaltar também que o modelo histórico de organização do espaço geográfico brasileiro não contribui para uma mudança desse cenário. Afinal, ao longo do século XX, houve uma rápida urbanização do país, que assistiu a um acelerado processo de crescimento das cidades e também de [metropolização](#), ou seja, a concentração da população nas grandes metrópoles. Se o país tivesse passado por um processo de [Reforma Agrária](#) adequado, de forma a conter o elevado êxodo rural e, conseqüentemente, os níveis de urbanização, talvez essas e outras questões urbanas fossem de mais fácil resolução.

(Fonte: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/mobilidade-urbana.htm>. Acesso em 31 de março de 2017.)

**TEXTO III**


(Fonte: <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/rsb-27-mobilidade-urbana/>. Acesso em 31 de março de 2017.)

**TEXTO IV**


(Fonte: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2016/03/com-aumento-da-frota-pais-tem-1-automovel-para-cada-4-habitantes.html>. Acesso em 31 de março de 2017.)

**PROPOSTA III**

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **HOMOFOBIA NO BRASIL: PRECONCEITO x IMPUNIDADE**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

**TEXTO I**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**  
**TÍTULO I**  
**DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 13 de fevereiro de 2017.)

**TEXTO II**

**Luta contra homofobia avança na última década**

País ganha com políticas públicas e maior participação da sociedade civil, mas população LGBT ainda sofre violações de direitos humanos

Há 25 anos, no dia 17 de maio, as Nações Unidas (ONU) retiravam a homossexualidade do Código Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS). Considerada histórica, a data passou a marcar as celebrações do Dia Internacional de Combate à Homofobia, inclusive no Brasil. Vítimas do preconceito e de manifestações de violência física e moral, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais ainda lutam pelo reconhecimento de direitos sociais.

Apesar das dificuldades, no entanto, o País contabilizou avanços significativos na última década, com a crescente participação da sociedade civil em fóruns de discussão e organizações não governamentais e a execução de políticas públicas voltadas para a defesa e maior representatividade da população LGBT.

“Quando o governo coloca políticas LGBT no mesmo patamar [das outras], sem discriminação, isso é muito importante para a gente”, diz Sandra Muñoz, representante em Salvador da Rede Sapata e diretora do Movimento de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia. Para Muñoz, a inclusão, pelo governo federal, da população LGBT na pauta dos Direitos Humanos é sinal de que há mais disposição da sociedade para dialogar sobre o assunto. “É do que precisamos: falar e ser ouvidos”, afirma a ativista, em depoimento ao Portal Brasil.

Atenta à gravidade das manifestações de caráter homofóbico, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) reforçou o atendimento pelo Disque 100 – Disque Direitos Humanos. Segundo o último balanço da secretaria, entre janeiro e abril de 2015, foram registradas 356 denúncias de violações de direitos humanos entre a população LGBT no País. Em 2014, foram registradas 1.013 denúncias.

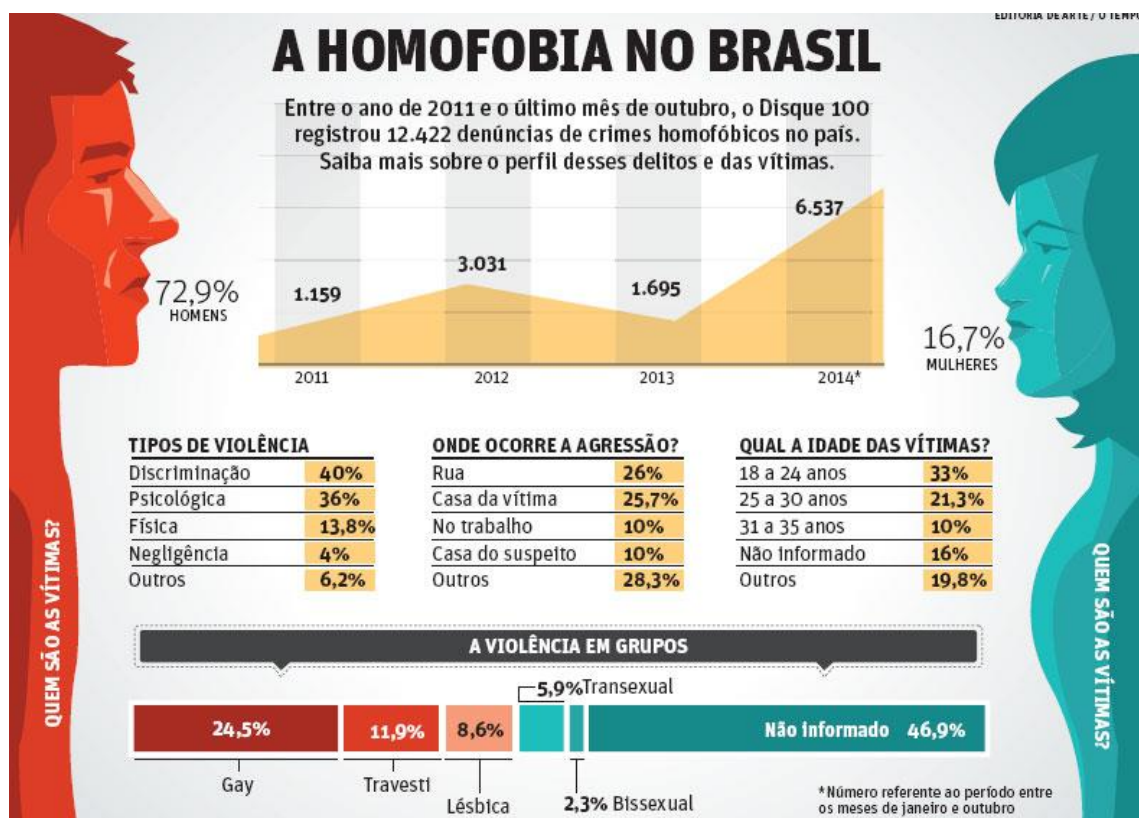
Desde o início do ano, a secretaria promove oficinas de capacitação em parceria com Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), órgão colegiado composto por representantes da sociedade civil e do governo federal.

Para traçar um panorama mais amplo da situação da homofobia no País, a Secretaria de Direitos Humanos passou a publicar, a partir de 2011, o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, um estudo pioneiro com dados sobre as violações de direitos humanos da população LGBT. O relatório cruza dados do Disque 100, do Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), e da Ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS), do Ministério da Saúde.

De acordo com a última versão da publicação, de 2013, houve um aumento do número de violações de direitos humanos entre 2011 e 2012. Em 2011, 6.809 violações de direitos foram registradas. No ano seguinte, saltaram para 9.982, um aumento de 46,6%.

Os dados da pasta confirmam que a estrada para a superação do preconceito à população LGBT é longa e sinuosa: entre os tipos de violações de direitos humanos mais comuns registrados pelo Disque 100 estão a discriminação e a violência psicológica, seguidas por denúncias de violência física.

(Fonte: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/luta-contr-homofobia-avanca-na-ultima-decada>. Acesso em 13. Fevereiro. 2017)

**TEXTO III**


(Fonte: <http://www.otempo.com.br/infoqr%C3%A1ficos/a-homofobia-no-brasil-1.950995>. Acesso em 13. Fevereiro. 2017.)

**TEXTO IV**


(Fonte: <http://www.espacosaude.org.br/noticia-238/>. Acesso em 13. Fevereiro. 2017)

**PROPOSTA IV**

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O HÁBITO DA LEITURA EM TEMPO DE NÃO – LEITORES NO BRASIL**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

## TEXTO I

## POR QUE OS BRASILEIROS LEEM TÃO POUCO?

PESQUISA DA FECOMÉRCIO-RJ MOSTROU QUE 70% DOS BRASILEIROS NÃO LERAM UM LIVRO SEQUER EM 2015.

**Quantos livros você leu no ano passado?** Se você é como a maioria da população brasileira, deve ter respondido "nenhum". Uma pesquisa divulgada pela Federação do Comércio (Fecomércio) do Rio de Janeiro mostrou que **70% dos brasileiros não leram um livro sequer em 2015**. Para especialistas, **o dado é preocupante** – principalmente pelo fato de o percentual ter **aumentado** em relação ao ano anterior. Mas por que o Brasil lê **tão pouco**?

Entre professores e escritores, as respostas passam, inevitavelmente, pelo investimento que é feito em estudo, pela falta de vontade política, pelo processo de alfabetização tardio e pela própria cultura do povo brasileiro, mais oral do que textual. A professora Regina Zilberman, do Instituto de Letras da UFRGS, lembra que as crianças brasileiras passaram a ser alfabetizadas de maneira séria há menos de 100 anos:

– Nós ignoramos a alfabetização por boa parte da nossa história. A obrigatoriedade é de meados de 1930, não tem 100 anos, ou seja, saímos atrasados em relação a outros países. E no Brasil existe a cultura da oralidade muito mais forte do que a cultura letrada, como há na Europa. No continente europeu, o livro sempre desempenhou um papel importante, inclusive religioso. Aqui, não.

Até por isso, o dado é visto como lamentável, mas não surpreendente. O Brasil nunca foi um expoente da leitura, mas, de um ano para o outro, a taxa de leitores (isso se usarmos "leitor" para o sujeito que leu um livro durante o ano inteiro) caiu cinco pontos percentuais.

– Historicamente, somos um país analfabeto. E a resposta mais simples, que é um clichê, é dizer que tudo envolve o processo educacional, que no Brasil se mostrou ser um fracasso – avalia Diego Grando, poeta e professor de literatura.

(Fonte: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2015/04/por-que-os-brasileiros-leem-tao-pouco-4735112.html>. Acesso em 24. Março. 2017)

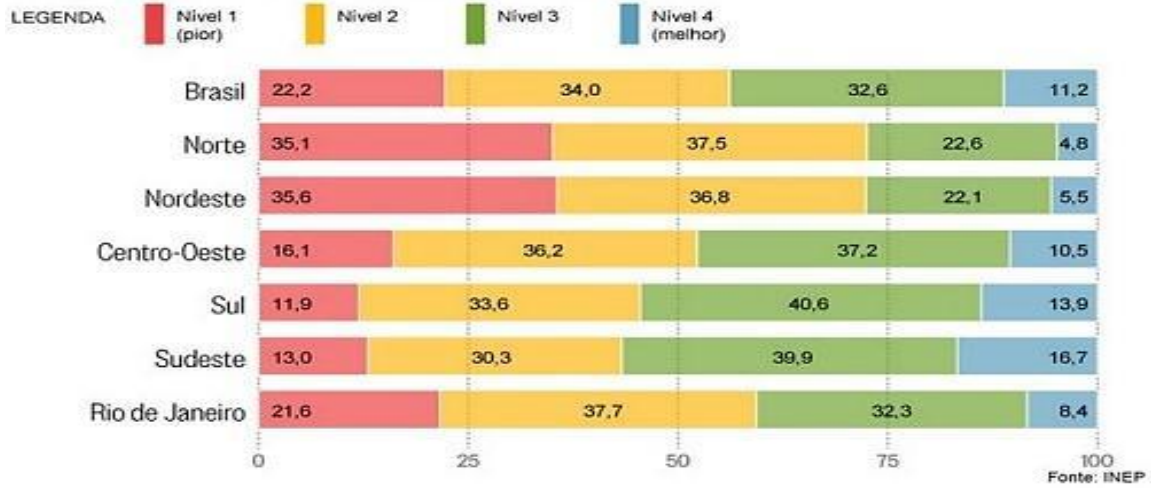
## TEXTO II



(Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/02/03/baixa-qualidade-no-ensino-e-barreira-para-ampliar-publico-leitor>. Acesso em 24. Março. 2017)

TEXTO III

**PERCENTUAL DE ALUNOS POR NÍVEL DE LEITURA**



(Fonte: <http://www.jogodopoder.com/blog/politica/brasil-sem-educacao-1-em-cada-5-alunos-do-3o-ano-fundamental-nao-entende-o-que-le/>. Acesso em 24. Março. 2017)